

“DESENHANDO COM TERÇOS” NO ESPAÇO PÚBLICO: RELAÇÕES ENTRE RELIGIÃO E ARTE A PARTIR DE UMA CONTROVÉRSIA

Paola Lins Oliveira
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*¹

Resumo: Em abril de 2006, a obra “Desenhando com terços” da artista plástica Márcia X. é retirada da mostra “*Erotica – Os sentidos na arte*”, exibida no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro. A decisão foi tomada pelo conselho diretor da instituição após manifestações de católicos. Dispondo quatro terços unidos em duplas formando dois pênis entrecruzados, a obra foi considerada ofensiva por misturar religião e erotismo. A partir do episódio, estabelece-se uma controvérsia na qual diferentes atores, sobretudo religiosos e artistas, posicionam-se sobre a retirada da obra. Neste artigo, investigamos como o encontro entre esses diferentes atores em torno de um objeto de arte produziu um momento-chave de problematização das relações e das fronteiras entre religião e arte e de como ambas se relacionam com o espaço público.

Palavras-chave: religião e espaço público, modernidade, objetos religiosos.

Abstract: In April 2006, the piece “Desenhando com terços” of the plastic artist Márcia X. is removed from the exhibition “*Erotica – Os sentidos na arte*”, displayed at the Centro Cultural Banco do Brasil of Rio de Janeiro. The decision was taken by the director of the cultural institution after public manifestations of Catholics. With four rosaries united forming two double penis intercrossed, the work was considered offensive by mixing religion and eroticism. From the episode sets up a controversy in which different actors, mainly religious and artists, position themselves on the withdrawal of the work. In this paper, we investigate how the encounter between the different actors and an art object produced a key moment of problematization of the relations and boundaries between religion and art and how both relate to public space.

Keywords: religion and public space, modernity, religious objects.



Figura 1. *Desenhando com Terços*²

Em fevereiro de 2006, o Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro recebeu a mostra “*Erotica – Os sentidos na arte*”. Após passagem por São Paulo, a exposição chegou ao Rio com suas cento e dez obras de artistas do cenário nacional e internacional, produzidas em diferentes momentos históricos. O curador Tadeu Chiarelli destaca que a intenção da exposição é “... apresentar objetos e objetos de arte que tragam, na constituição material

e imagética de todos eles, componentes eróticos evidentes ou sutis, capazes de, reunidos, constituírem uma *erótica* específica” (2005, p. 8).

Dois meses depois da estréia, já no fim de sua estada no CCBB do Rio de Janeiro, diversos veículos de comunicação começam a noticiar uma alteração na composição original de “*Erotica*”. A obra “Desenhando com terços” da artista plástica Márcia X., que apresenta dois pares de terços unidos em duplas e formando dois pênis entrecruzados, é retirada da exposição depois de uma ordem do conselho diretor do Banco do Brasil. A decisão foi tomada após o recebimento de várias reclamações por e-mail e telefonemas, e também a apresentação em juízo de uma notícia-crime contra a organização da exposição. O autor da denúncia, Carlos Dias, ex-deputado, empresário e membro atuante da Renovação Carismática Católica, argumentou que a obra constituía uma afronta à religião católica por misturar erotismo e religião, além de ser vista por crianças.

A partir da retirada da obra de Márcia X., estabeleceu-se um intenso debate público no qual artistas, religiosos, políticos, representantes institucionais e outros cidadãos opinaram e se mobilizaram. As repercussões do caso tomaram tanto a forma de textos disponíveis em canais de comunicação impressa ou virtual, quanto de passeatas e outros atos públicos organizados. A polarização das posições entre religiosos e artistas marcou os primeiros momentos da polêmica: de um lado, religiosos alegavam que a obra ofende a religião católica ao associá-la a elementos eróticos; de outro, artistas defendiam o seu direito à liberdade de expressão. Paralelamente, muitos espaços eletrônicos passaram a receber cada vez mais comentários e manifestações sobre o caso. Além dos defensores e opositores à retirada da obra, vinculados à posição religiosa ou artística, muitos participantes desses “fóruns” manifestavam opiniões plurais, dificilmente restritas à escolha de uma posição definitiva.

Neste artigo, investigamos como o encontro entre esses diferentes atores em torno de um objeto de arte produziu um momento-chave de problematização das relações e das fronteiras entre religião e arte e de como ambas se relacionam com o espaço público. Enfatizamos como os enunciados em momentos de acusação blasfematória criam lugares de enunciação passíveis de serem analisados a partir daquilo que Favret Saada chama de “dispositivo judiciário” (1992). Esse conceito nos ajudou a perceber a variação nos argumentos e nos lugares de enunciação à medida que alguns atores oscilaram entre projetos “modernos” e “contra-modernos” de (des)ocupação religiosa do espaço público.

Finalmente, informamos que as fontes utilizadas para a análise da controvérsia são principalmente duas: matérias publicadas em jornais e materiais veiculados no espaço eletrônico. A partir de pesquisa em jornais de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro e também na internet, foram encontradas matérias (impressas e eletrônicas) publicadas em quatro jornais da cidade (*Extra*, *O Globo*, *O Dia* e *Jornal do Brasil*), e também de São Paulo (*Folha de S. Paulo*) e de Brasília (*Correio Brasiliense*).³ Os materiais divulgados no espaço eletrônico variam entre diferentes formatos de *sites* ou *blogs* focados em temáticas como arte, religião, entretenimento, variedades ou mesmo de relacionamento, como no caso do Orkut.

1. A controvérsia nos jornais

A cobertura da mídia sobre o caso começa no dia 19 de abril de 2006, quando o jornal *O Globo* publica uma matéria a respeito da abertura de um procedimento apuratório para investigar a notícia-crime apresentada por Carlos Dias na 1ª Delegacia de Polícia da Praça Mauá, no Rio de Janeiro. A denúncia se baseia na acusação de “objeto obsceno e ultraje a objeto de culto religioso” (GB, 19.04.06). No dia seguinte, a obra é retirada da exposição e os jornais apontam o ex-deputado católico como a figura que inaugura a controvérsia. Em sua argumentação, Carlos Dias é bastante sucinto: a obra da artista é agressiva e ofensiva ao sentimento religioso católico, além de ser vista por crianças (GB, 19.04.06; FSP, 20.04.06). O cardeal-arcebispo da cidade Dom Eusébio Scheid manifesta apoio à atitude de Carlos Dias (EX, 20.04.06).

A retirada da obra, determinada pelo Conselho Diretor do CCBB em Brasília, foi acompanhada por uma nota da assessoria de imprensa informando que a instituição não teve a intenção de ofender os católicos ou criar polêmica, e que a decisão “não observou só questões de imagem e aspectos empresariais, mas o ambiente onde atua, já que o banco acredita firmemente na liberdade de expressão” (FSP, 20.04.06). Além da investigação policial, as inúmeras reclamações por telefone e por correio eletrônico também foram usadas como justificativa para a decisão. Em reação, um grupo de artistas realizou um protesto no CCBB, com faixas que traziam desenhos de pênis e palavras de ordem, como “Censura não!” (FSP, 21.04.06).

Animado com a retirada de “Desenhando com terços”, João Carlos Rocha, líder do grupo católico *Opus Christi*, tenta obter um mandado de

segurança para retirar outra obra da mostra a tela sem título de Alfredo Nicolaiewski (GB, 21.04.06).



Figura 2. Sem título (1983)⁴

Mesmo com o resultado negativo da solicitação junto ao plantão judiciário, que negou seu pedido no mesmo dia, João Carlos Rocha apresenta a ação ao Tribunal de Justiça, dessa vez solicitando que todas as peças com símbolos religiosos católicos fiquem de fora da exposição (GB, 21.04.06). Paralelamente ao apelo à justiça, João Carlos Rocha lança uma campanha intitulada “Blasfêmia não! Católicos fora do Banco do Brasil”, convocando os católicos correntistas do banco a encerrarem suas contas no dia seguinte à estréia da mostra “*Erotica*” em Brasília, caso ela siga com as obras que apresentam símbolos religiosos (EX, 24.04.06). Aproveitando o dia dos festejos de São Jorge (23 de abril), João Carlos Rocha visita a igreja dedicada ao santo no bairro carioca de Quintino Bocaiúva informando e mobilizando os devotos a respeito da mostra e do conteúdo das obras de arte. Nessa ocasião ele recolhe assinaturas para um abaixo-assinado solicitando ao Ministério Público a retirada de todas as obras de cunho religioso da exposição (EX, 24.04.06).

No mesmo dia, a artista plástica Rosangela Rennó consegue autorização com os colecionadores de suas obras que participam de “*Erotica*” para cobri-las com um pano preto. O protesto tem o objetivo de pressionar

o CCBB a reintegrar a obra de Márcia X. à exposição. Rennó ressalta que somente com esse retorno permitirá que suas obras sigam para a exposição em Brasília (FSP, 25.04.06). Franklin Cassaro também condiciona a participação de sua “Coleção de vulvas metálicas” (1998) em “*Erotica*” ao retorno de “Desenhando com terços” (FSP, 25.04.06).

De Brasília, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, publica no site do ministério uma nota⁵ a respeito do episódio defendendo que “toda censura é inaceitável” e que somente critérios estéticos avaliados por curadores ou pessoas designadas para a tarefa devem ser levados em conta na seleção das obras de uma exposição artística. Além disso, ele acredita na “capacidade de discernimento crítico dos espectadores e do público em geral” e que toda “tutela na relação entre obra de arte e espectador é inaceitável”. A nota termina citando o trecho da Constituição Brasileira que determina que é “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”, e portanto espera que a decisão do CCBB seja revista.

No dia 29 de abril, os artistas ligados ao grupo “A Gentil Carioca” – Márcio Botner, Laura Lima e Ernesto Neto – e o viúvo de Márcia X., o também artista plástico Ricardo Ventura, realizam uma passeata em protesto. Usando camisetas com uma estampa reproduzindo “Desenhando com terços” e as frases “Educação/censura não”, os artistas caminham do Paço Imperial até o CCBB com a intenção de fazer um “enterro simbólico” da instituição (CB, 28.04.06; EX, 01.05.06).

Finalmente, no dia 3 de maio, o Conselho Diretor do Banco do Brasil decide cancelar a exposição “*Erotica*” em Brasília. Em nota, a assessoria de imprensa da instituição informa que a resolução ocorreu porque os diretores não aceitaram o retorno de “Desenhando com terços” à mostra e com isso colecionadores e artistas como Rosângela Rennó e Franklin Cassaro ameaçaram retirar suas obras. “O Banco do Brasil lamenta esse desfecho, mas o considera um fato isolado, ao tempo em que ratifica sólido apoio à difusão da arte e da cultura, sempre com respeito à pluralidade e à diversidade”, diz a nota (FSP, 3.05.06).

A cobertura dos jornais sobre o caso da retirada de “Desenhando com terços” chega ao fim com o cancelamento da exibição de “*Erotica*” na cidade de Brasília. Algumas semanas depois, os jornais *O Globo*, *O Dia* e *Extra* noticiam a fixação de 70 cartazes com a imagem do terço fálico de Márcia X. e a frase “BB Censura!” em muros e locais públicos da cidade, retirados imediatamente por ordem do então prefeito, César Maia (26.05.06).

Entretanto, essas notícias não estabelecem continuidade com o debate/embate produzido nas duas semanas que separam a denúncia pública de Carlos Dias (19.04.06) e o cancelamento da exposição em Brasília (3.05.06): não há mais argumentos em jogo ou decisões que possam ser tomadas.

2. Personagens, argumentos, posições e planos dos discursos

Nas narrativas jornalísticas a respeito da retirada da obra “Desenhando com terços”, observamos o delineamento de uma situação de disputa em torno de um objeto se desdobrar em uma discussão entre dois diferentes argumentos: de um lado, católicos alegavam terem sido ofendidos em seu sentimento religioso e, de outro, artistas defendiam a liberdade de expressão.

Resumidamente, o argumento da ofensa religiosa se baseou no entendimento de que é um grave desrespeito à religião católica usar seus símbolos e imagens sagrados associados ao sexo e ao erotismo. A religião é entendida como uma esfera onde o erótico não cabe, e quando ele aparece, é no sentido de profanar a imagem do que é sagrado. O argumento da liberdade de expressão, por sua vez, defendeu a liberdade irrestrita da produção artística e cultural, ressaltando suas prerrogativas garantidas por lei. A arte deve expressar-se de forma livre e independente, tanto em seu conteúdo quanto em sua forma. Nenhuma instituição ou grupo social pode limitar ou regular sua produção, cabendo somente aos artistas e “especialistas” (historiadores, críticos, curadores) os critérios para sua produção e exposição.

Os principais atores que se posicionaram favoráveis à retirada de “Desenhando com terços” utilizando o argumento da ofensa religiosa foram Carlos Dias, empresário carioca, ex-deputado estadual e autor da notícia-crime; João Carlos Rocha, líder do grupo católico *Opus Christi* - então assessor do gabinete do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia, e responsável pela comissão de formação política do PFL Jovem -; e Dom Eusébio Scheidt, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. Do lado que repudiava o ato, estavam principalmente os artistas Márcio Botner, Laura Lima e Ernesto Neto, que comandam a galeria de arte “A Gentil Carioca”; Ricardo Ventura, artista plástico e viúvo da artista; artistas autores de outras obras da mesma exposição; o curador Tadeu Chiarelli e o Ministro da Cultura Gilberto Gil. Dom Eusébio Scheidt e Gilberto Gil se manifestaram em apoio à causa de religiosos e artistas, respectivamente, como “representantes” de ambas as especialidades.

A denúncia realizada por Carlos Dias qualificando “Desenhando com terços” como “objeto obsceno e ultraje a objeto de culto religioso” aciona dois artigos do Código Penal brasileiro: ultraje público ao pudor com objeto obsceno (art.234) e ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (art. 208)⁶. Embora não tenha havido sanção jurídica durante a controvérsia⁷, o enquadramento legal feito na denúncia de Carlos Dias constitui seu argumento. Desse modo, tão importante quanto observar a denúncia policial como uma demanda por reparação futura é atentar para o fato de que ela “atua” durante o debate.

Assim, no texto do artigo 234 do Código Penal sobre ultraje público ao pudor com objeto (ou escrito) obsceno temos a seguinte descrição: “fazer, importar, exportar, adquirir ou ter sob sua guarda, para fim de comércio, de distribuição ou de exposição pública, escrito, desenho, pintura, estampa ou qualquer objeto obsceno”. No texto do artigo 208 sobre ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo, encontramos: “Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso”. Em sua denúncia, Carlos Dias defende que “Desenhando com terços” é ao mesmo tempo ultrajante para o pudor público e para o sentimento religioso dos católicos. A obscenidade da obra estaria em se retratar e exibir publicamente um pênis desenhado com terços católicos: uma afronta ao sentimento religioso e aos costumes⁸. Nesse caso, os limites entre obscenidade e ofensa religiosa são borrados, sugerindo uma constituição mutuamente imbricada: é obsceno porque mistura referências religiosas e sexuais e também por isso é ofensivo ao sentimento religioso das pessoas. Simultaneamente, a obscenidade, enquanto ofensa ao pudor público, pode ser interpretada também à luz da ofensa religiosa, já que misturar terços católicos e pênis é ofensivo sobretudo para os católicos.

O enquadramento legal dado por Carlos Dias e os argumentos acionados em defesa da censura da obra indicam que a controvérsia se constrói como um caso de acusação de blasfêmia, considerando que “o objeto de ofensa é propriamente um símbolo ou uma sensibilidade de natureza religiosa” (Giumbelli, 2003, p. 174). Jeanne Fravret-Saada (1992) defende que a situação de blasfêmia pressupõe um arranjo no qual um denunciador aciona um determinado arsenal teológico para enquadrar uma fala, imagem ou representação, que passa a ser considerada “ofensiva para deus”. Nessa perspectiva, nenhuma mensagem é essencialmente blasfematória e o foco da investigação recai sobre o modo como o denunciador constrói a acusação

e quais são os “lugares de enunciação” daqueles que têm autoridade para repreender e daqueles que são repreendidos (idem, p. 254).

No caso da retirada da obra de Márcia X., Carlos Dias e João Carlos Rocha são os principais responsáveis pela qualificação blasfematória da obra “Desenhando com terços”, estendendo ainda o julgamento a outras obras de “*Erotica*”. Para eles, misturar erotismo e religião é ofensivo. Do outro lado, os artistas mais próximos ao caso, engajam-se na defesa da obra de Márcia X. A controvérsia se configura a partir da sanção: o CCBB retira “Desenhando com terços” à revelia da curadoria e antes mesmo de uma decisão jurídica, que poderia inclusive não acontecer. O caso se desenrola enquanto apresenta possibilidades para a reintegração da peça à mostra no CCBB do Rio de Janeiro ou em sua exibição em Brasília.

Os denunciadores Carlos Dias e João Carlos Rocha falam de “lugares de enunciação” (idem) semelhantes: ambos são figuras políticas marcadas pela aliança com o catolicismo. Carlos Dias foi deputado estadual do Rio de Janeiro entre os anos de 1999 e 2002. Sua atuação era voltada para a promoção de políticas públicas vinculando Estado e religião, como no caso da lei que instituiu o ensino religioso confessional nas escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro⁹. João Carlos Rocha também pautou sua vida pública pelo ativismo político e religioso: era assessor do gabinete do então prefeito Cesar Maia, líder do PFL Jovem (atual Democratas) e líder fundador do *Opus Christi*¹⁰, organização de jovens católicos que procuram mostrar a “praticabilidade” dos ensinamentos da Igreja Católica, principalmente através das quatorze “obras de misericórdia” e da promoção da vida “dentro de uma atmosfera da civilização cristã”. Essa agenda que conjuga prática religiosa e promoção de uma determinada visão de sociedade fornece pistas para entender o sentido atribuído a ações públicas como a mobilização em torno de “Desenhando com terços” e também da obra de Nicolaiewski; ou seja, momentos que viabilizam a atuação em situações sociais não-religiosas com elementos da doutrina ou prática religiosa.

Em apoio à “Desenhando com terços”, alguns artistas engajam-se na causa em sua defesa. Vemos nas matérias dos jornais, a mobilização do curador, Tadeu Chiarelli; de artistas que participavam com trabalhos em “*Erotica*”, como Rosangela Rennó e Franklin Cassaro; do viúvo de Márcia, Ricardo Ventura, e do grupo que comanda a galeria “A Gentil Carioca”. Esses artistas trabalham com temas e linguagens muito diversas, tão diversas quanto as relações (de amizade, casamento, profissional) que tiveram com a artista censurada. Podemos apontar três lugares de onde partem

“respostas” ao argumento que embasa a censura de “Desenhando com terços”. O primeiro seria o espaço de “*Erotica*”: Chiarelli, Rennó e Cassaro compartilham as posições de idealizador e participantes da exposição, e vêem a retirada da obra de Márcia X. como uma ameaça à liberdade de expressão que atinge a todos, direta ou indiretamente. O segundo seria o espaço privado da relação de amizade e casamento, como no caso de Ricardo Ventura, para quem é importante cuidar do legado da artista recém falecida. O terceiro lugar, também envolve pessoas próximas à artista, mas que assinam em nome da instituição artística “A Gentil Carioca”. Este grupo foi fundamental na mobilização das passeatas, e na divulgação de materiais eletrônicos, como veremos na próxima seção. Apesar de os artistas da “Gentil” terem produções muito diferentes¹¹, a galeria objetiva reunir artistas que busquem promover em comum a valorização da diversidade cultural e do potencial pedagógico da arte. Para esse coletivo, a produção artística se conecta diretamente com o mundo social, na sua relação com a diversidade, a cultura, a política etc. Por esse motivo, a defesa de uma obra de arte contra a censura ganha o sentido de preservação da arte como elemento importante na construção da sociedade.

É importante fazer uma distinção de planos no que se refere a esse lugar de defesa de “Desenhando com terços” entre, de um lado, a posição dos artistas, e de outro, a artista acusada de blasfêmia. Pois se do lado dos artistas os argumentos são elaborados no debate, do lado de Márcia X. temos uma produção artística que fornece elementos a respeito do seu lugar de fala. Márcia X. é uma artista reconhecida pela intenção declarada de transgredir e embaralhar os limites entre temas controversos como sexualidade, religião e infância.

A noção de “dispositivo judiciário” de Favret Saada (1992) serve não apenas para localizarmos os diferentes lugares de fala na polêmica, mas sobretudo para perceber a instável posição de “juiz” ocupado pelo CCBB. Ao passo que o CCBB retira a obra da exposição, o que poderia ser considerada uma sanção a partir de um lugar de autoridade, sua legitimidade é freqüentemente questionada. Para os artistas, o CCBB enquanto uma instituição cultural deveria proteger e não censurar a arte. Sua ação é considerada ainda mais condenável por não ter se fundamentado em uma sentença judicial. Nesse sentido, a possibilidade de uma revisão da decisão do CCBB é o que mobiliza os artistas, que defendem a justiça como instância realmente decisiva para o caso. Já os denunciadores tenderam a não questionar a autoridade do CCBB, pelo contrário: no decorrer do debate

enfatazaram o caráter corporativo da decisão para justificá-la como ato em defesa de interesses comerciais. Mas assim como os artistas, também reconheciam a autoridade das deliberações da justiça, já que apresentaram denúncias acionando a polícia, o ministério público e o tribunal de justiça.

Além das ações e argumentos mobilizados pelos atores diretamente envolvidos na controvérsia noticiada pelos jornais, constrói-se um grande debate no universo virtual. Este ocorre principalmente sob a forma de declarações e manifestos públicos assinados por artistas; reações às matérias dos jornais copiadas em sites ou blogs; campanhas virtuais; e colunas ou textos críticos assinados por pessoas reconhecidas, como jornalistas, ou cidadãos sem reputação pública. Nestas comunicações virtuais, os atores diretamente envolvidos pormenorizam suas opiniões e argumentos, novos atores se manifestam e o debate se complexifica em uma discussão pública que ultrapassa os limites do caso, possivelmente reduzido à questão de se “Desenhando com terços” constituía ou não ofensa religiosa, ou se, independentemente disso, o direito à liberdade de expressão artística deveria prevalecer. Portanto, pode-se dizer que se amplia o “espaço crítico” (Favret-Saada, 1992) inaugurado pela denúncia de blasfêmia. No limite, os próprios termos que constituem a controvérsia – como a acusação de blasfêmia – são contestados, e outros são colocados no lugar.

3. O debate virtual

No dia 17 de abril de 2006, Felipe Aquino publica uma nota no portal virtual de notícias da Comunidade Canção Nova¹² trazendo o seguinte título: “Exposição do Centro Cultural do Banco do Brasil no Rio de Janeiro ofende fiéis católicos”. O conteúdo consiste em uma breve apresentação da exposição e da “obra de arte” com o singelo título de ‘Desenhando com Terços’ em que são representados órgãos sexuais masculinos, utilizando-se Terços, instrumento de particular apreço dos fiéis católicos para a oração do Rosário”. Ele lamenta a promoção de “tal blasfêmia” por parte de uma instituição pública de um país de maioria católica “e que venera Nossa Senhora e é devoto do Terço e do Santo Rosário”. Por fim, conclama a todos os católicos a darem uma resposta, manifestando-se à direção do Banco do Brasil. Para isso, publica os e-mails de contato da instituição (diretoria de marketing, ouvidoria e sede do Rio de Janeiro). No dia seguinte, a mensagem é reproduzida por um missionário católico¹³ em onze comunidades

católicas¹⁴ do Orkut¹⁵, com o título “Exposição ofende católicos”. Em reação, várias pessoas publicam recados comentando o caso e informando que também fizeram suas reclamações através dos contatos disponibilizados na mensagem de Aquino. Em recado publicado na comunidade “Eu quero ser santo!” ainda no dia 18 de abril, Carolina Zabisky afirma que enviou um e-mail ao CCBB e recebeu a seguinte resposta:

Respeitamos a sua opinião e esclarecemos que o centro Cultural Banco do Brasil acolhe projetos seguindo critérios de seleção que valorizam a diversidade cultural e a livre expressão artística. Essa postura é refletida em todas as áreas em que o CCBB atua: exposições, cinema, teatro, dança, música e idéias. Informamos ainda que o centro não interfere na seleção dos trabalhos que compõem uma determinada exposição. A responsabilidade pela escolha é do curador do projeto cultural, a qual o CCBB procura respeitar e preservar¹⁶.

Carolina, insatisfeita com a resposta, envia outro e-mail, que publica na mesma comunidade:

Obrigada pela resposta. Porém, preciso levantar uma pequena questão. A livre expressão artística não pode ferir a liberdade de culto e a liberdade do outro. Infelizmente, em tempos atuais não é o que acontece em nossa sociedade em termos de religião. Qualquer pessoa se julga no direito de ferir a fé e a devoção das pessoas em vista da “liberdade”. Sempre aprendi que o meu direito termina no momento que o direito do outro se inicia... O CCBB, que “procura respeitar e preservar” o curador do projeto cultural (que com certeza tem toda a capacidade e competência de sê-lo) deveria também procurar “respeitar e preservar” a fé de milhões de brasileiros.

É importante perceber que em seu argumento Carolina não procura defender um “ponto de vista” particular, que diria respeito a algo que incomoda somente a ela. Assim como na nota de Aquino, ela enfatiza que “a maioria” da nação ou “milhões de brasileiros” são ofendidos com “Desenhando com terços”, ampliando a legitimidade de seu pleito. Outro procedimento discursivo empregado por Carolina é contrapor a liberdade de expressão à liberdade de crença, o que permite um deslocamento a partir do argumento inicial da ofensa religiosa.

A obra de Márcia X é retirada de *Erotica* no dia 20 de abril, logo, dois dias depois da manifestação de Carolina. Ainda nesse dia, Carolina publica e comenta na mesma comunidade uma mensagem que recebeu assinada pela Diretoria de Marketing e Comunicação do CCBB:

VITÓRIA!!!!!! Com certeza muitos católicos enviaram seus e-mail... e olha a vitória alcançada... recebi este e-mail do Centro cultural do Banco do Brasil. Confirmam:

Lamentamos profundamente que a reprodução (fotograma) da obra “Desenhando em terços”, de autoria de Márcia X, integrante da mostra “Erótica – Os sentidos na arte”, com acervo já exposto em outros locais, tenha ferido a sua fé religiosa, fato pelo qual expressamos nossas desculpas. O Banco do Brasil não compactua com manifestações artísticas que ofendam qualquer religião ou crença e frisa que não houve, em nenhum momento, essa intenção com a realização da mostra no Centro Cultural Banco do Brasil. O Banco do Brasil decidiu retirar da mostra a obra que causou polêmica, em respeito às manifestações de parcela da sociedade que sentiu-se atingida por sua exibição. A peça estava junto a mais de 100 trabalhos de artistas como Anita Malfati, Auguste Rodin, Ismael Nery e Pablo Picasso (...).

Ainda no dia 20 de abril, mensagens assinadas por João Carlos Rocha (Presidente da *Opus Christi*-Brasil) são publicadas em vinte comunidades católicas¹⁷ do Orkut. Em todas elas o corpo do texto é idêntico, mas variam entre os títulos, “OC retira Blasfêmia do BB”, “Blasfêmia Não!”, “Blasfêmia Gay contra Nossa Senhora”, “Blasfêmia no CC Banco do Brasil”, “Vitória - contra Peça Sodomita”; ou ainda, na presença ou ausência do subtítulo “Dia 20 de Abril - Jornal do Brasil e Folha SP – Materia de Capa JB”. Segue o texto¹⁸:

A *Opus Christi* ganhou na Justiça o direito de retirar da exposição no CCBB, no Rio, um quadro onde dois órgão genitais masculinos eram reproduzidos por quatro presépios, simulando um sexo sodomita. A *Opus Christi*, com esta petição pretendendo proibir a exposição em todo território nacional da peça blasfema, intitulada “desenhando com terços”, de autoria de Márcia X. A *Opus Christi*, é vitoriosa em questões similares, uma vez que obtivemos sentença favorável no pleito contra a exibição do espetáculo teatral “O Evangelho de Jesus Cristo, segundo Samarago” que foi retirado do cartaz em janeiro do ano passado no teatro Villa-Lobos. E a proibição da peça “em nome do pai” com rodrigo galbert. “A luta é nossa, a vitória e de Cristo”.

Os títulos, assim como o texto da mensagem, trazem informações que complementam o enquadramento blasfematório examinado nas narrativas jornalísticas, além de invocar seu protagonismo na retirada de “Desenhando com terços” de “*Erotica*”. A obra não aparece simplesmente como “uma ofensa”, mas sofre uma interpretação mais detalhada: os terços não somente desenhavam dois “órgãos genitais masculinos”, como simulam

um “sexo sodomita”. A alusão à homossexualidade aparece ainda em dois títulos utilizados em algumas publicações.

Max Weber (1974) defende que as rejeições religiosas a respeito da sexualidade se fundamentam na oposição à conformação de uma esfera erótica, na qual o gozo individual é privilegiado em detrimento de uma ética fraterna compartilhada com a comunidade religiosa. Nessa leitura, o erotismo surge como uma ameaça à religião, já que constitui uma “salvação alternativa” alcançável pela experiência do prazer individual. No catolicismo, assim como em outras religiões, a esfera erótica é carregada não somente de princípios éticos, como também de códigos morais que prescrevem comportamentos sexuais e corporais autorizados e proibidos, na lógica do conhecimento e controle. Entre os comportamentos sexuais autorizados estão os que se realizam entre um homem e uma mulher, sob o sacramento do matrimônio e com fins de reprodução e constituição de uma família. Todos os outros são proibidos, mas especial ênfase é dada ao ato sexual entre pessoas do mesmo sexo principalmente porque ele inviabiliza a reprodução. Weber (1978) destaca ainda que mesmo no casamento predomina uma visão negativa do erotismo, considerando que a expressão sexual não deve ultrapassar os interesses da reprodução da família.

Assim, pode-se compreender porque a sexualidade expressa em “Desenhando com terços” soa ainda mais aviltante quando se alude a uma sexualidade homossexual. O artifício de João Carlos Rocha enfatiza o caráter sexual negativo da obra, cobrindo-o com uma dose extra de “sexualidade negativa”. É interessante observar que a interpretação do presidente do *Opus Christi* não conseguiu adeptos entre os defensores da censura: não foi encontrado qualquer outro comentário reconhecendo uma referência homossexual nos pênis cruzados¹⁹. De um modo geral, os argumentos alegando ofensa religiosa faziam poucas elaborações sobre como a união entre órgão sexual e objeto religioso constitui uma ofensa. O procedimento geral era contrapor o “sexo” ao sentido sagrado do terço.

Por outro lado, para os artistas e outros atores que defendiam a permanência da obra de Márcia X. em “*Erotica*”, a questão da sexualidade era fundamental para compreender a censura religiosa. Num comentário publicado no abaixo-assinado pelo retorno da obra à exposição veiculado no site Canal Contemporâneo²⁰, Antonio Braga postula:

Não existe vida sem o Pênis. Logo, o Pênis é um Objeto Sagrado. Deus criou o homem, com o Pênis, a sua imagem e semelhança. É certo que

Jesus Cristo tinha um e não sentia vergonha, pudor ou pecado. O caminho do Amor incondicional é a essência do Cristianismo. A pureza sagrada do Pênis é revelada pela artista Marcia X através do uso do terço, objeto de uso cotidiano da fé cristã. Aquele que vê no Pênis algo de profano, impuro renega a própria vida, o Amor e a Criação Divina...

Antonio Braga utiliza o vocabulário religioso para expor um ponto de vista alternativo, implodindo a oposição sexo *versus* sagrado presente nos argumentos religiosos. O manifestante propõe uma sacralização de todos os elementos que conformam a vida humana e se relacionam com o amor. De maneira semelhante, num comentário publicado ainda no abaixo-assinado, Yolanda Freyre afirma²¹:

Não consigo compreender qual a ofensa em relacionar o pênis com a oração. O que há demais no sentido da sacralização do sexo? O casamento não é um sacramento? O desenho da Márcia dignifica e não é uma pornografia como querem colocar. O Centro Cultural tem uma função de educar e esclarecer. Retirar a obra da exposição é se inclinar a uma deformação de olhar.

Ambos os comentários vão no mesmo sentido, porém Yolanda Freyre procura ainda ressaltar os efeitos da decisão do CCBB sobre a obra: retirar “Desenhando com terços” da exposição a pedido dos católicos que a interpretam como uma ofensa corrobora com tal interpretação “deformada”, contrariando principalmente a função pedagógica de um centro cultural.

Mesmo entre os católicos, a retirada da obra não foi celebrada em uníssono. Na comunidade “Consolação e Correia”, dedicada à paróquia de Nossa Senhora da Consolação e Correia no bairro carioca do Engenho Novo, Alexandre publica o seguinte comentário²² em reação à mensagem de João Carlos Rocha:

Vitória???!!! De Cristo???!!! Como diz o ditado: “posso não concordar com o que diz, mas lutarei até o último minuto pra que vc tenha o direito de dizer.” Por isso como artista e cristão, digo NÃO a toda forma de proibição. Blasfêmia também é dizer que a vitória é de cristo ou de maria, como se nosso pai e nossa mãe celeste não tivessem com o que se ocupar, como milhões de pessoas que não tem sequer comida na mesa. Mas claro que isso é uma matéria vasta e o assunto não se esgotaria jamais aqui. Mas que fique clara minha postura como ARTISTA e como CATÓLICO praticante que sou.

Em resposta, João Carlos Rocha publica a seguinte mensagem:

caro sr. catolico praticante a sua posição esta em total discordancia com os 7 cardeais, 172 bispos e mais de 700 padres que assinaram a petição²³. Vc se esqueceu do principal: “Nem so de Pão o homem viverá”. não responderei mais ao Sr. pois entre um fiel e o Magisterio da Igreja, seremos fieis ao Magisterio da Igreja.

João Carlos Rocha desqualifica a posição de Alexandre ressaltando a legitimidade de sua “causa”, amparado no apoio da hierarquia católica. Em resposta, Alexandre mantém sua posição contrária à iniciativa e também ao uso da “escritura sagrada” como justificativa. A respeito da posição de todo o clero mencionado por João Carlos Rocha, Alexandre responde: “Com relação a todo o apoio que possui para prejudicar a vida de tantos artistas, já dizia Nelson Rodrigues ‘toda unanimidade é burra’, não importa se composta por cardiais ou mendigos”. Por fim, ele lamenta que “atitudes como essa, colocam a Igreja da qual sem dúvida sou mais um dentre tantos fiéis, como uma Igreja severa, medieval, que pune e não procura dialogar, que manda”.

Diferentemente de Alexandre, muitos comentários publicados em comunidades católicas comemoraram a retirada de “Desenhando com terços” de “*Erotica*”. Entre eles, há também elogios à participação direta da hierarquia no caso, como no comentário de Márcia²⁴, publicado na comunidade “Pastoralis”:

ÊÊÊÊ!!!! Queridos irmãos, vejam que noticia legal que recebi por email!!!!

Estimados em Cristo, agradecendo o seu apoio para reparar e desagravar a Nossa Senhora pela ofensa do Banco do Brasil, devo comentar com vocês que a pedido de nosso Arcebispo Dom João Braz de Aviz em conversa com o presidente do Banco do Brasil, o quadro que ofende a Nossa Senhora e a todos nos católicos, foi HOJE retirada da exposição. Deus lhes abençoe e continuemos unidos em Cristo Jesus amando a nossa fé e defendendo-a com valor e amor. Um abraço em Cristo, Pe. Marcos Hurtado de Mendoza, LC

Não somente a atitude de João Carlos Rocha, mas a possível intervenção do arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, e o envio de e-mails e telefonemas denunciando a obra foram bem avaliados, principalmente por seu caráter de exemplaridade:

Penso que seja uma tomada de consciência importante e a descoberta, para muitos, de um caminho muito interessante para defesa da fé. De fato, algo para se comemorar! Que Deus abençoe a todos!

Marcelo Gaúcho (Comunidade Católicos)²⁵

Vamos todos agradecer a Deus o bom-senso da direção do Banco do Brasil, mesmo que a direção do CCBB não tenha mostrado muito disto. Mais, vamos lembrar que juntos somos FORTES, e temos de zelar pelo respeito à nossa Fé.

Sue (Comunidade Pastoralis)²⁶

Para esses católicos, o engajamento em uma causa exitosa contra uma ofensa à fé católica tem o sentido estimulante de uma ação que abre precedente para outras. Além disso, estreita os laços entre todos os membros da comunidade religiosa que compartilham a mesma intenção.

No dia 21 de abril, em outra frente de ação, o grupo de artistas responsáveis pela galeria de arte “A Gentil Carioca” divulgam uma “Carta Aberta”²⁷, no site Mapa das Artes, na qual repudiam a atitude do CCBB, exigindo o retorno da obra à exposição e um pedido de desculpas. O objetivo central era “estimular a todos a mandarem e-mails para o CCBB de modo a reverter a perigosa situação na qual nossa liberdade de expressão está sendo censurada” (“Carta Aberta”). Para os artistas, os motivos que levaram o CCBB a censurar “Desenhando com terços” eram incompatíveis com uma instituição cultural, já que se ancoravam na recusa em “criar polêmica” ou ofender religiosos, assim como na defesa dos seus interesses econômicos diante da possibilidade de perder clientes. A ilegitimidade do ato residiria na associação da instituição a interesses de “fanáticos religiosos” membros de uma “seita” católica engajada em uma agenda moralista e autoritária, em detrimento do trabalho de uma artista “consagrada na recente história da arte brasileira”. Os artistas defendem ainda que o evento abre precedente para que se estabeleça uma “arte oficial” no CCBB, selecionada não mais por critérios unicamente estéticos, mas econômicos, morais ou políticos. Respondendo a esses outros interesses e evitando possíveis problemas advindos de trabalhos artísticos mais provocadores, o CCBB se desvia de sua função:

Um centro cultural é exatamente o lugar que possui a responsabilidade de velar pela arte, pela cultura e pela liberdade de expressão, reconhecendo que o aspecto crítico de qualquer obra de arte é parte da lógica básica da arte em si. Portanto, criar polêmica é a condição natural da arte e da cultura, e é através destes dois campos que poderemos debater e dar continuidade ao nosso processo histórico, enquanto povo e nação no mundo! (idem).

Para os artistas que assinam a “Carta Aberta”, a arte tem um papel fundamental a desempenhar na sociedade, assim como o centro cultural, quando cumpre sua função de mediador e fomentador cultural. Ao aderir a argumentos externos, sejam eles religiosos ou econômicos, a instituição cultural desvia-se de seus propósitos e intervém diretamente na produção artística, escolhendo e promovendo um tipo de “arte oficial” acrítica que neutraliza seu potencial transformador.

Também em defesa da autonomia do “espaço da arte”, Marcelo Negromonte, editor de cinema do portal UOL, publica um texto no dia 21 de abril sobre o episódio, intitulado “Caso Márcia X: Museu deveria ser território livre do alcance de qualquer Igreja”²⁸. Negromonte ressalta a ineficácia do gesto censor, uma vez que “o impedimento provoca uma exposição exacerbada daquilo que se pretendia eliminar”. Seu argumento geral se constrói em duas frentes diferentes: de um lado, a distinção entre a referência religiosa contida na obra de arte e a reivindicação de ofensa à fé católica; e de outro, o direito à livre expressão. Para Negromonte, a ação da Igreja Católica, executada “por meio de uma obscura facção reacionária” interfere em uma esfera que não lhe compete. Isto porque, a manifestação “religiosa” encarnada em “Desenhando com terços” “não diz respeito aos valores sacros, mas ao que eles representam numa cultura católica (por enquanto) como a brasileira – e isso vai além do alcance da Igreja”. Além de reivindicar o respeito aos devidos limites que separam a arte da religião, Negromonte reclama uma equivalência no tratamento entre os componentes do universo artístico e religioso:

O que está no espaço expositivo de um museu, “templo das Musas”, deveria ser tratado com a mesma reverência que qualquer obra que integra o ambiente de uma igreja porque há motivos para que esse ou aquele objeto esteja lá – e esteja disposto da maneira em que está. Não consta que tenha havido censura externa de nada do que a Igreja exiba em seus templos. Por que a violência do caso Márcia X?

O argumento da liberdade de expressão – como “pedra fundamental da democracia” – complementa a visão mais geral de que a arte é uma instância com suas próprias regras, que são importantes para o desenvolvimento e a transformação humanas, e também são sagradas.

A estrutura dos centros culturais composta por itens comerciais, cobrança de ingresso e financiamento de projetos indica a relação estreita estabelecida entre produção cultural e economia (Dabul, 2008). No caso

do CCBB, a questão é ainda mais evidente considerando que a instituição pertence ao Banco do Brasil. Amparando-se nesse fato, muitos argumentos favoráveis à retirada de “Desenhando com terço” de “*Erotica*” veiculados na internet deslocaram o foco da acusação de blasfêmia, passando a enfatizar o caráter comercial da decisão. Foi assim que Luís Afonso Assumpção, em texto²⁹ publicado em seu blog “Nadando contra a maré vermelha”, justificou a decisão do CCBB. Ele participou do abaixo-assinado promovido pela *Opus Christi* para retirar “Desenhando com terços” da exposição, e nega que tenha havido censura pois “censura é feita pelo governo impedindo qualquer acesso a uma determinada obra”. A ação contra a obra de Márcia X. não impede sua exibição em galerias de arte, o problema é “usar dinheiro público para apoiar uma exposição que fere a crença religiosa da maioria dos usuários do Banco do Brasil”. Quanto à decisão do CCBB, “O Banco do Brasil simplesmente se rendeu à vontade dos seus clientes. Estes movimentos acontecem todo o tempo nos EUA com relação à empresas privadas também. Não é censura, é ‘feedback’. É política de relacionamento com clientes”.

Luís Assumpção recorre ao princípio liberal da maioria para justificar a ação do CCBB. Desse modo, a querela passa a significar uma “questão de negócios”. Quanto às reações contrárias à retirada de “Desenhando com terços”, ele estabelece um paralelo com outro debate envolvendo ofensa religiosa e liberdade de expressão:

O segundo ponto é a inevitável comparação com as charges de Maomé, em que muitos - artistas até - concordavam com a censura para não ferir a fé muçulmana. Naquele episódio, proteger a fé alheia parecia um compromisso verdadeiro e emocionado. Agora, se a tal fé é cristã, tudo não passa de obscurantismo...

As manifestações públicas favoráveis e contrárias à publicação das charges retratando o profeta Maomé foram intensas até meados do ano de 2006, período em que ocorre o debate em torno da retirada de “Desenhando com terços” de “*Erotica*”. É provável que a simultaneidade entre os casos tenha provocado comentários como o de Luís Assumpção, entre outros que encontramos no Orkut, em sites e blogs. É interessante observar que essas alusões ao caso das charges aparecem nos discursos favoráveis à liberdade de expressão e também nos que alegam ofensa religiosa. Os primeiros geralmente igualam os “fanatismos” de católicos e muçulmanos. Entre os

últimos, a comparação resulta em distinções em dois planos: no que se refere à aceitação pública das demandas religiosas e nas modalidades de ação dos atores das diferentes religiões. De acordo com argumentos como o de Luís Assumpção, a causa da “fé muçulmana” encontrou aceitação pública ao passo que a causa católica foi desconsiderada. Outras falas distinguem a atuação dos católicos em relação àquela dos muçulmanos, como no comentário de Rodrigo³⁰, publicado na comunidade “Guardiões da Theotokos”: “Sorte desses artistas sermos pacatos, fico me lembrando das charges de Maomé o que causaram pelo mundo. Mas como Cristo, vamos vencê-los com palavras e amor”. Os discursos em ação revelam que assim como no caso das charges retratando Maomé, a controvérsia envolvendo a obra de Márcia X. movimenta uma série de questões políticas e culturais relativas à “acomodação pública dos sentimentos religiosos” (Nielsen, 2007).

4. Argumentos em ação: religião, arte e espaço público na modernidade

O levantamento das modalidades de ação religiosa consideradas (i) legítimas e suas possíveis interferências no universo das questões artísticas foi o ponto de partida para elaborações que, ao longo do debate, procuraram delimitar as fronteiras entre religião e arte. Nesse sentido, um vetor que perpassa a discussão diz respeito à distinção entre as esferas da sociedade, com principal ênfase na crítica sobre lugar social da religião.

A percepção de que o mundo atual baseia-se em divisões rígidas entre as diferentes esferas da vida - tais como “a arte”, “a religião”, “o Estado”, “a ciência” - encontra-se enraizada no ideário corrente sobre a modernidade. De acordo com Talal Asad (2003), tal ideário considera que a modernidade seria ainda um estágio de evolução social onde, por um lado, a religião sofreria um “enxugamento” (ou privatização), e por outro, o Estado, liberado das pressões religiosas, desempenharia seu papel de regulador dos direitos e deveres individuais. A característica saliente da modernidade seria então o princípio da secularização, inaugurando a ruptura entre religiões e Estado.

Em alguns argumentos contrários à retirada de “Desenhando com terços” de “*Erotica*” que defendiam a necessidade de estabelecer os limites entre arte e religião, encontramos o recurso à idéia de laicidade para desqualificar o lugar religioso dos denunciadoreis da obra:

A obra não está numa igreja, sim numa galeria de arte. Não somos um Estado laico? Indignação com a atitude do BB.³¹

Taíssa Gonçalves Arruda

É realmente lamentável a posição omissa que o CCBB assumiu (...) Como o CCBB se submete à opinião de um bando de fanáticos religiosos? O CCBB não é uma instituição laica?

Celso Fioravante

A laicidade do Estado ou do CCBB, como instituição pública, é invocada para frisar a inadequação de uma demanda religiosa em um espaço público democrático, no qual a lei vigente é (ou deveria ser) a da liberdade de expressão. Ao mesmo tempo em que alguns argumentos enfatizavam a dimensão privada e empresarial da decisão do CCBB sem opô-la à dimensão pública, esses discursos em defesa da liberdade de expressão ressaltaram seu caráter público em oposição aos interesses privados. Enquanto instituição voltada para a difusão da cultura, o CCBB deveria ser livre de interesses privados tanto religiosos quanto financeiros, como apreendemos do seguinte trecho do “Manifesto de repúdio. Erguei as mãos... fechais os olhos...”³²:

Até quando aceitaremos, calados, em pleno século XXI, a Igreja ou qualquer outro sistema dogmático dizendo o que podemos ou não ver? O que podemos ou não pensar? Por que diabos os beatos e moralistas se sentem no direito de impedir que toda a sociedade possa conhecer o que eles julgam bom ou mau? (...) A obra não estava em um templo, mas sim num lugar apropriado à ARTE, à produção de olhares divergentes e à reflexão crítica. Se o Banco do Brasil não tem capacidade ou interesse em divulgar a arte, que não faça discurso de empresa comprometida com a sociedade, com a pluralidade e com a vanguarda. Que assuma logo sua condição vendida a interesses minoritários! Que não se diga democrático! Que aceite sua posição de empresa de visão medíocre”.

As opiniões estabelecem um vínculo positivo entre arte e sociedade, ao passo que destacam a ingerência inapropriada da religião na vida social. O nexos negativo entre religião e sociedade remete ainda à relação entre religião e política, como vemos no comentário a respeito do envolvimento de João Carlos Rocha, no manifesto “Márcia X – 60 dias de censura no CCBB”³³:

Nos bastidores, a figura de João Carlos Rocha, assessor de César Maia, articulador político do PFL Jovem, fundador da Opus Christi, e aliciador de

menores e jovens via Orkut para aumentar o rebanho religioso fundamentalista e engrossar o caldo de jovens na política via PFL.

No mesmo sentido, o jornalista João Ximenes, ao tomar conhecimento do vínculo político de João Carlos Rocha, publica em seu blog³⁴: “provavelmente a ação da *Opus Christi* não foi tão infantil, tão ingênua, quanto pensei. Mais uma vez, o que parece estar em jogo é a mistura de política e religião”.

Essas falas giram em torno da expectativa de que, nos Estados seculares, democráticos e modernos, a religião se restrinja à dimensão privada, ou seja, às igrejas e à vida particular dos religiosos. Qualquer combinação entre religião e política, ou religião e Estado aparece como indício de falência da secularização, e conseqüentemente do modelo de Estado moderno.

No plano ideal, a ocupação do espaço público pela religião é considerada problemática para a constituição de uma civilidade plural, onde indivíduos de diferentes credos possam compartilhar os espaços de convivência comum. Na prática, as políticas seculares dos Estados nacionais, ao mesmo tempo em que restringem o espaço de atuação das religiões, revelam-se práticas de relação e até mesmo de definição do religioso.

Em outra chave, a aversão à religiosidade experienciada no espaço público se fundamenta em uma visão peculiar do que constitui o Estado e a religião na modernidade. No momento em que o Estado passa a ser regulador da vida pública como intermediador político, condensando práticas concretas e princípios abstratos, seu poder ultrapassa e transcende os limites de atuação e interesse dos governantes e governados (Asad, 2003). Nesse sentido, os comportamentos públicos religiosamente motivados são tomados como ameaça à soberania do Estado-nação, justamente porque constituem adesões alternativas e passionais, “externas” ao bem comum e fundadas na idéia de uma transcendência divina (Asad, 2006).

Portanto, para atingir a transcendência, o Estado moderno desqualifica o caráter transcendental da religião. Um desdobramento do mesmo argumento seria a ênfase no caráter privado dos interesses religiosos, assim a religião não deve ser retirada do espaço público somente por representar uma ameaça ao bem comum, mas por constituir uma “razão privada” (Asad, 2003, p. 8), um conjunto de idéias, crenças e princípios individuais que não dizem respeito ao universo público.

Asad afirma que a própria modernidade conspirou para “ênfatar a fé prioritariamente como um estado mental e não como constituindo

atividade no mundo” (1993, p. 47, tradução pessoal). Onde a ênfase recaía sobre um conjunto de práticas a respeito do estar no mundo, transformações no cenário político e social, a formação dos Estados Nacionais, e o surgimento de idéias secularizantes, converteram a religião em (mais uma) “perspectiva”, em um mundo farto de opções (idem, p. 49): “de um aparato de regras práticas ligadas a processos específicos de poder e conhecimento, a religião foi abstrativada e universalizada” (idem, p. 42, tradução pessoal). As religiões tiveram papel ativo na elaboração de tal visão pois, segundo Asad,

(...) com a ascensão triunfante da ciência moderna, da produção moderna e do Estado moderno, as igrejas também deveriam ser claras sobre a necessidade de distinguir o religioso do secular, mudando, como elas fizeram, o peso da religião mais e mais para disposições e motivações do crente individual. Disciplina (social e intelectual) deveria, nesse período, gradativamente abandonar o espaço religioso, deixando ‘crença’, ‘consciência’, e ‘sensibilidade’ tomarem o lugar (idem, p.38, tradução pessoal)

O procedimento de espiritualização da religião se coaduna com um movimento mais geral de subjetivação do indivíduo, transitando em um espaço social cada vez mais diverso, que enfatiza as liberdades individuais (de consciência, escolha, expressão) e produz novas experiências – de espaço, tempo, crueldade, saúde, consumo e conhecimento. A “modernidade” – ambiente onde esse indivíduo subjetivado se produz e é produzido – segundo Asad, não constitui realidade empiricamente verificável, resultando em variações mais ou menos conectadas com um projeto comum que abarca princípios, tais como “autonomia moral”, “democracia”, “direitos humanos”, “secularismo”, e tecnologias “de produção”, “guerra”, “entretenimento”, transformando o modo como as pessoas experimentam o mundo (2003, p. 13). Nesse sentido, a arte como espaço de livre expressão exerce um papel fundamental na constituição do indivíduo subjetivado moderno, e seu grau de autonomia social geralmente é tido como indício de uma maior eficácia do projeto de modernidade em curso.

Controvérsias públicas como a que envolve a obra de Márcia X. ou a publicação das charges do profeta Maomé mobilizam, junto com os argumentos de ofensa religiosa e liberdade de expressão, um conjunto de princípios e práticas religiosas preferencialmente privadas e um conjunto de princípios e práticas artísticas promovidas publicamente. Asad esmiúça essas questões ao examinar diversos argumentos em jogo no caso das reações à publicação dos “Versos Satânicos” de Salman Rushdie (1993, cap. 8).

Para Asad, a cultura moderna burguesa consagrou a literatura como “um espaço quintessencial para produzir reflexões sobre as mais profundas experiências dos modernos”, elevando-a à categoria de “escrita edificante” a tal ponto que “o discurso chamado literatura pode preencher o papel previamente desempenhado pela textualidade religiosa” (1993, p. 287, tradução pessoal). Em uma apresentação pública, Rushdie defende a literatura como “o único lugar em qualquer sociedade onde, no espaço secreto de nossas próprias cabeças, nós podemos ouvir vozes falando sobre tudo, de todas as formas possíveis”, ao passo que Asad lapida:

A razão para assegurar que a arena privilegiada [o campo da literatura] é preservada não é porque os escritores queiram liberdade para falar ou fazer o que lhes aprouver. Mas porque nós, todos nós, leitores e escritores e cidadãos e gerais e homens de bem, precisamos daquele espaço pequeno e aparentemente desimportante (1993, p. 289, tradução pessoal).

De forma semelhante, “Christus” publica um comentário³⁵ na comunidade “Encontro da Nova Consciência” a respeito de “Desenhando com terços” e da “função” da arte:

A arte não traz uma verdade, traz uma incerteza. (...) Se Márcia X juntou na obra *Desenhando com Terços* dois símbolos fortes de nossa cultura, o PÊNIS e o TERÇO ela nos faz um convite para a reflexão sobre essas duas coisas. É um convite para que nós pensemos! A obra é um discurso aberto e não um axioma! Então, voltando a falar do pênis e do terço, será que não há pontos de convergência e divergência entre esses símbolos? Será que esses são assuntos que não devemos falar? Nem pensar? A arte nos excita a ver o mundo por parâmetros ainda não vistos. É um exercício a libertação de nossos paradigmas e de nossas verdades sólidas. (...) Se a obra é impura, desonrosa, agressiva, não é a obra em si... mas o juízo de valor que o humano a atribui. Se a arte está no centro das atenções que bom... pois a arte não tendo vínculos com a “moral e os bons costumes” pode ajudar o humano a romper suas barreiras culturais, a ir além de suas verdades já fortemente estabelecidas... fazê-lo despertar para novos sentimentos... para novas percepções... pensar o pensamento... experimentar!

Do mesmo modo como a literatura européia passa a desempenhar um papel redentor, tornando-se um símbolo sagrado da cultura moderna (Asad, 1993), as artes visuais ou plásticas também são reconhecidas como locus de produção de uma libertação e transformação individuais. Neste ponto, a questão da sexualidade estabelece ainda outra ponte entre as con-

trovérias. Assim como em “Desenhando com terços”, “Versos Satânicos” mistura religião e sexualidade, ao narrar relações sexuais do profeta Maomé. Da mesma maneira como alguns artistas envolvidos em nossa controvérsia propuseram uma sacralização do sexo, através da ênfase na noção de fertilidade aproximando humanidade e divindade, muitos argumentos favoráveis à obra de Rushdie alegaram que os episódios sexuais serviram para humanizar o profeta. Asad destaca entretanto que as bases “pós-cristãs” do debate desconsideram outros modos de compreender a humanidade, como no caso da própria tradição cristã, que “defende que sexualizar algo é extirpá-lo da verdade divina, pronunciá-lo *meramente* (pecaminosamente) humano” (1993, p. 291, tradução pessoal). Outra semelhança reside no modo como os defensores da “arte pela arte” definem seus oponentes religiosos. Assim como os artistas acusam os religiosos contrários a “Desenhando com terços” de “fundamentalistas”, cidadãos ingleses utilizaram o mesmo termo para se referir àqueles que se opuseram à obra “Versos Satânicos”. Assim, a romancista Penelope Lively afirma:

Eu acho que, infelizmente, isto coloca uma confrontação básica: aqui está um romancista tentando explicar suas intenções para fundamentalistas os quais não podem, ou não querem, compreender o que a ficção é ou faz (1993, p. 283, tradução pessoal).

Em ambas as controvérsias, vemos a defesa da autonomia da arte embasada, entre outros elementos, em princípios essenciais e endógenos de produção artística e na desqualificação dos opositores, o que revela uma intenção de “moralizar” ou ainda “sacralizar” a esfera artística. O estabelecimento de regras de conduta e fronteiras de competência no universo artístico, inspirado tanto na “crença” infável no talento dos “de dentro” quanto na inquestionável função social da arte, sugere a tentativa de afastamento do universo artístico daquilo que corresponderia ao espaço ordinário de atuação da religião, principalmente quando este se conjuga com o engajamento político. A religião, da forma exercida pelos “obscurantistas” católicos e endossada pela postura da diretoria do CCBB, é vista como um elemento cerceador e aprisionador da arte que, por sua vez, tem como princípio fundamental estimular o diálogo e formar o senso crítico. Dessa forma, o resultado aponta para a

Vitória do capital sobre a cultura. Vitória dos obscurantistas. Vitória dos jovens politíqueiros que fazem da religião palanque eleitoral. Vitória das

manobras e do poder. Vitória de um Brasil analfabeto, atrasado e hipócrita (“Márcia X – 60 dias da censura no CCBB”).

Artistas brasileiros e cidadãos britânicos compartilham o ponto de vista de que, nas diferentes querelas, católicos e muçulmanos desempenharam papéis tradicionais, defendendo princípios atrasados, com posturas fundamentalistas. É possível inferir que a adjetivação “fundamentalista”, freqüentemente associada aos muçulmanos, tenha sido usada pela proximidade temporal entre os casos da retirada da obra de Márcia X. de “*Erotica*” e da publicação das charges de Maomé, como já foi dito. De qualquer modo, é importante ressaltar que ambas as demandas religiosas são amparadas nos aparatos legais modernos, que prevêm punições para crimes contra o sentimento religioso. Muito embora as modalidades de aplicação sejam bastante diferentes, já que na Inglaterra a legislação anti-blasfêmia se aplica somente aos fiéis da religião oficial anglicana, e no Brasil todos os credos são contemplados.

A universalidade da aplicação das leis é o ponto onde se assentam as diferenças fundamentais entre ambas as controvérsias, justamente porque revela a (in)adequação das demandas e seus “lugares de enunciação” (Favret-Saada, 1992). Se no jogo democrático de lutas por direitos políticos, os muçulmanos britânicos contrários à publicação da obra de Rushdie representam uma minoria na Grã-Bretanha e o “outro” no ocidente moderno, os “fundamentalistas” católicos falam freqüentemente “em nome da maioria”. Os resultados também são bastante diferentes: enquanto os muçulmanos obtiveram pouco (ou nenhum) êxito em suas demandas contrárias aos “Versos Satânicos”, aqui, os católicos conseguiram retirar “Desenhando com terços” da exposição sem que fosse preciso uma sanção judicial.

O motivo explícito da atuação católica se fundamenta na alegação de que misturar terço com sexo é ofensivo. Isto porque o elemento sexual profana a sacralidade do objeto religioso. Ou seja, uma demanda pública pelo retorno do terço ao espaço sagrado da devoção e do universo religioso. Nesse sentido, o pleito atualiza o princípio moderno da separação entre as diferentes esferas, negociando a desvinculação com o universo artístico e afirmando a existência de algo propriamente religioso. O procedimento utilizado em tal empreitada é o engajamento de diferentes atores intervindo em um espaço ligado à arte simultaneamente público e privado. Liderando as mobilizações, agentes simultaneamente políticos e religiosos acionam inúmeros mecanismos de divulgação e visibilidade, por vezes disputando

o protagonismo da conquista. Ao recurso à justiça são combinados métodos que se revelaram mais eficientes, tais como a incitação de católicos correntistas do Banco do Brasil e intervenções diretas da hierarquia, como sugerem comentários no Orkut a respeito do contato entre o Bispo de Brasília e o presidente do Banco do Brasil. Por meio de um artifício retórico que veicula a ação à defesa de “milhões” de católicos ou da “maioria” católica da população brasileira, constrói-se uma questão pública religiosa ainda que amparada na lógica privada e empresarial. Como conseqüência, a ação estimula uma (re)aproximação com o objeto religioso, defendido do “ultraje” artístico por religiosos; aproxima ainda os católicos em torno de uma “causa” comum, insuflada diante da “vitória”; e finalmente aumenta a visibilidade pública da causa católica levada a cabo por políticos como Carlos Dias e João Carlos Rocha, amparados no apoio da hierarquia católica.

Os resultados são semelhantes àqueles constatados por Giumbelli (2003) a propósito do episódio que ficou conhecido como “chute na santa”, envolvendo um processo judicial por ofensa religiosa encabeçado por católicos, contra um bispo evangélico da Igreja Universal do Reino de Deus que desferiu golpes contra uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, em um programa de televisão. Portanto o modo de atuação dos católicos em ambos os casos aposta no “fortalecimento religioso com o avanço sobre esferas não religiosas” (Giumbelli, 2003, p. 195). Com isso, podemos apreender que as intenções modernas, expressas nos argumentos católicos de contenção e controle do religioso articulam-se com os métodos e as conseqüências de sua atuação, que se fundamentam em uma proposta contra-moderna de ocupação religiosa do espaço público.³⁶

Quanto à obra de Márcia X., mesmo com a exclusão de “*Erotica*” apontando para um resultado negativo, sua proibição divulgada e reproduzida em diversos meios de comunicação gerou enorme visibilidade, como destaca Clarissa Borges em comentário publicado no site do Canal Contemporâneo:³⁷

Graças a Deus essa obra foi divulgada pela maioria dos jornais brasileiros e agora é conhecida em todo o país!!! GRAÇAS A DEUS!!! Graças aos católicos! Viva! 146 mil no CCBB! MILHÕES em todo o país! Já é um marco na história da arte brasileira! Essa foi a melhor estratégia de marketing que já vi! Podem gritar, se descabelar, protestar...CENSUROU DANÇOU! Quem saiu perdendo foram os outros artistas da exposição...o que NÃO foi censurado, não era “ofensivo”, provavelmente será esquecido. É uma pena eram trabalhos maravilhosos!

Clarissa constata o efeito de inúmeras replicações de “Desenhando com terços” capturadas e difundidas nos jornais e na internet, que despertaram o interesse de muitos curiosos atraídos pela imagem proibida. Em grande medida, a multiplicação da obra de Márcia X. deve ser atribuída a uma estratégia de publicização de sua imagem promovida pelos artistas, que protestaram com cartazes contendo desenhos de terços formando pênis (FSP, 21.04.06), estamparam sua imagem em camisetas (CB, 28.04.06) e outros cartazes afixados em muros pela cidade (EX, 26.05.06). Tal procedimento, ao ocupar os espaços públicos com as imagens e demandas artísticas, assemelha-se àquele dos religiosos contra-modernos, já que extrapola os limites do “espaço da arte”. Por outro lado, a intervenção dos artistas põe em movimento um preceito que fundamenta a lógica da proibição, percebida por Clarissa e refinada por Georges Bataille (1987), para quem o interdito se complementa com sua transgressão. Assim, a proibição atia o desejo de ver a imagem controversa: os terços católicos desenhando pênis.

Notas

¹ Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ e pesquisadora do ISER – Instituto de Estudos da Religião.

² A imagem da fotografia foi disponibilizada no site oficial da artista (<<http://www.marciax.uol.com.br>>) no momento imediatamente seguinte à retirada da fotografia da mostra “*Erotica – os sentidos na arte*”. Atualmente, foi retirada do site. Pode ser encontrada no site do Canal Contemporâneo, que cobriu o episódio. Link: <<http://www.canalcontemporaneo.art.br/brasa/archives/marcia.jpg>>. Consultado em 9.01.09.

³ Daqui em diante, utilizaremos as seguintes abreviações para nos referirmos aos jornais: Extra (EX), *O Globo* (GB), *O Dia* (Dia), *Jornal do Brasil* (JB), *Folha de S. Paulo* (FSP) e *Correio Brasiliense* (CB).

⁴ Reprodução disponível em: <<http://www.artewebbrasil.com.br/artistasconvidados/Alfredo/imagemabertura.jpg>>. Consultado em 9.01.09.

⁵ A nota foi publicada no dia 25 de abril e está disponível no site do Ministério da Cultura. Link: <<http://www.cultura.gov.br/site/2006/04/24/nota-a-imprensa/>>. Consultado em 27.04.07.

⁶ Os artigos foram consultados na versão eletrônica do Código Penal disponível no site da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Link: <http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/cp_DL2848.pdf>. Consultado em 10.01.09.

⁷ No mês de agosto de 2008, realizamos consultas com os nomes dos diretamente envolvidos na controvérsia (curador, artistas, religiosos e do centro cultural) nos sites do Ministério Público, Superior Tribunal Justiça, Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e nenhum processo foi encontrado a respeito do caso. Apresentamos em novembro de 2008 uma petição solici-

tando informações sobre o registro de ocorrência da notícia-crime feita por Carlos Dias na 1ª DP da Praça Mauá, Rio de Janeiro, mas até o presente momento não obtivemos resposta.

⁸ O crime de atentado ao pudor consta da seção do Código Penal que versa sobre os crimes contra os costumes.

⁹ Lei estadual n. 3459/2000.

¹⁰ Blog Opus Christi – Apostolado Católico. Link: <<http://apostoladocatolico.blogspot.com/>>. Consultado em 2.03.08.

¹¹ O endereço do site da galeria A Gentil Carioca é <<http://www.agentilcarioca.com.br/indexpor.html>>. Consultado em 20.03.08.

¹² A nota está disponível em <<http://www.cancaonova.com/portal/canais/news2/news.php?id=20010>>. Consultada em 20.01.08.

¹³ Em seu perfil no Orkut, Beto Bernardi descreve-se como missionário do Projeto Amazonas, na Ilha de Breves, Pará. O perfil pode ser consultado em <<http://www.orkut.com.br/Main#FullProfile.aspx?rl=pcb&uid=17786477841256327476>>. Data da consulta: 27.07.07.

¹⁴ As comunidades são “Católicos”, “Eu quero ser santo!”, “Vaticano”, “Crisma Coração de Maria”, “Sou Católico Apostólico Romano”, “Eu amo ouvir o momento de fé”, “Movimento Sacerdotal Mariano”, “Nossa Senhora do Carmo”, “Igreja Católica”, “Imaculado Coração de Maria”, “Católicos Online”. Para consultar as comunidades do Orkut basta acessar <<http://www.orkut.com>> e adicionar o nome da comunidade na seção de pesquisa de comunidades. Colocaremos os links no caso de citação do comentário. A pesquisa nas comunidades do Orkut foi feita durante o mês de abril de 2008.

¹⁵ O Orkut é um site de relacionamentos contendo perfis individuais e comunidades coletivas. Para conhecer o Orkut, visitar <<http://www.orkut.com>> .

¹⁶ Mensagem disponível em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=540349&tid=2459595906335901319&kw=%22desenhando+com+ter%C3%A7os%22>>. Consultado em 20.04.08.

¹⁷ As comunidades são “Católicos”, “Vaticano”, “Consolação e Correia”, “Ah! Eu sou católico”, “Cardeal Dom Eugênio Salles”, “Sou Católico Apostólico Romano”, “Arautos do Evangelho”, “Católicos tradicionais”, “Canto Gregoriano”, “Opus Christi”, “Coroinha – acólito (oficial)”, “Coroinhas”, “D. Estêvão Bettencourt”, “Papa Bento XVI (Oficial)”, “Acólitos”, “Bento XI (oficial)”, “Amigos do Pe Robson Cristo”, “Consagrados à Nossa Senhora”, “Grupo Católico Fundamentalista” e “Católicos RJ”.

¹⁸ Uma das publicações do texto pode ser acessada na comunidade “Ah! Eu sou católico”. Link: <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=83129&tid=2459973760377479127&kw=%22Desenhando+com+ter%C3%A7os%22>>. Consultada em 20.04.08.

¹⁹ Entre os comentários das pessoas contrárias à retirada da obra de Márcia Borges “*É claro que não foi um trabalho que foi censurado! Foi a opção sexual possível retratada na imagem... resultado de discriminação velada! HOMOFOLIA!*”. Disponível em <http://www.canalcontemporaneo.art.br/brasa/archives/2006_04.html>. Consultado em 3.05.07.

²⁰ Disponível em <<http://www.canalcontemporaneo.art.br/brasa/archives/000711.html>>. Consultado em: 27.04.08.

²¹ Disponível em <http://www.canalcontemporaneo.art.br/brasa/archives/2006_04.html>. Consultado em: 3.05.08.

²² Disponível em: <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=1135503&tid=2459886748635029463&kw=172+bispos+e+mais+de+700+padres&na=3&nid=1135503-2459886748635029463-0&nst=1>>. Consultado em 20.04.08.

²³ João Carlos Rocha refere-se ao abaixo-assinado organizado pelo *Opus Christi* solicitando ao Ministério Público a retirada de todas as obras com conteúdo religioso de “*Erotica*”.

²⁴ Disponível em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=1900081&tid=2458378978889884246&kw=%22desenhando+com+ter%C3%A7os%22>>.

²⁵ Disponível em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=58612&tid=2459886102242451415&kw=%22desenhando+com+ter%C3%A7os%22>>. Consultado em 20.04.08.

²⁶ Disponível em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=1900081&tid=2458378978889884246&kw=%22desenhando+com+ter%C3%A7os%22>>. Consultado em 20.04.06.

²⁷ O documento está disponível em: <<http://www.mapadasartes.com.br/setoresnn.php?not=1¬id=50>>. Consultado em 29.11.06.

²⁸ Disponível no Portal UOL. Link: <<http://diversao.uol.com.br/arte/ultnot/2006/04/21/ult988u607.jhtm>>. Consultado em 6.04.08.

²⁹ Publicado em 3.05.06. Disponível em <<http://la3.blogspot.com/2006/05/bb-cancela-exposio-erotica-em-braslia.html>>. Consultado em 02.11.06.

³⁰ Disponível em <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=10733060&tid=2460934873137521348&kw=%22desenhando+com+ter%C3%A7os%22>>. Consultado em 20.04.08.

³¹ Os três comentários estão disponíveis no abaixo-assinado veiculado no site do Canal Contemporâneo. Link: <<http://www.canalcontemporaneo.art.br/brasa/archives/000711.html>>. Consultado em 27.04.08.

³² Publicado no blog anônimo “Observatório da Censura” em 14.05.06. Link: <<http://observatoriodacensura.blogspot.com/>>. Consultado em 27.09.06.

³³ Publicado no blog anônimo “Observatório da Censura” em 15.07.06. Disponível em <<http://observatoriodacensura.blogspot.com/2006/07/mrcia-x-60-dias-da-censura-nocbb.html>>. Consultado em 27.04.08.

³⁴ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/blogs/ximenes/default.asp?a=10&periodo=200604>>. Consultado em 27.04.08.

³⁵ Publicado em 22.05.06. Link: <<http://www.orkut.com.br/Main#CommMsgs.aspx?cmm=1256853&tid=2465414493951738699&kw=%22A+arte+n%C3%A3o+traz+uma+verdade%2C+traz+uma+incerteza%22>>. Consultado em 20.04.08.

³⁶ Este procedimento pode ainda ser observado nas recentes reivindicações da hierarquia católica no sentido de recuperar os sentidos propriamente religiosos do monumento ao Cristo Redentor (Giumbelli, 2008).

³⁷ Disponível em <http://www.canalcontemporaneo.art.br/brasa/archives/2006_04.html>. Consultado em 3.05.07.

Referências

- ASAD, Talal. Genealogies of religion. *Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.
- _____. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003.
- _____. Trying to understand French Secularism. In: H. de Vries e L. Sullivan (orgs.). *Political Theologies – public religions in a post-secular world*. Nova Iorque: Fordham University Press, 2006.
- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- CHIARELLI, Domingos Tadeu. Apresentação. In: *Catálogo da Exposição: Erotica – os sentidos na arte*. Centro Cultural Banco do Brasil, 2005.
- DABUL, Ligia. Museus de grandes novidades: centros culturais e seu público. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v.14 n.29: 257-278, 2008.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Rushdie et compagnie. Préalables à une anthropologie du blasphème. *Ethnologie Française*, 22 (3), 1992.
- GIUMBELLI, Emerson. O ‘chute na santa’: blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil. In: P. Birman (org.), *Religião e Espaço Público*. São Paulo, Attar, pp. 169-199, 2003.
- _____. A modernidade do Cristo Redentor. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, pp. 75 a 105, 2008.
- NIELSEN, Anne Mark. (2007). Blasphemy and Freedom of Expression: A Pre-Modern Accommodation of Religion versus a Modern Virtue. Paper for the workshop: Islam and Secularism at the conference ‘*Secularism and Beyond*’, Dinamarca. Disponível em <http://ku.dk/satsning/Religion/sekularism%5Fand%5Fbeyond/pdf/Paper_Nielsen.pdf>
- WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: H. Gerth & C. Wright Mills (org.). *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- _____. Religious ethics and the world: sexuality and art. In: G. Roth & C. Wittich (org.). *Economy and society*. An outline of interpretive sociology. California: University of California Press, 1978.

